



MIGRACIDADES

RELATÓRIO DE
DIAGNÓSTICO / 2022



JUNDIAÍ • SP



INFORMAÇÕES GERAIS

JUNDIAÍ • SP

Região: Sudeste

População: 426.935

Registro de migrantes internacionais (SISMIGRA, março/2022): 3.466

DADOS SOBRE O RELATÓRIO

Pessoas de referência durante o MigraCidades 2022:

Paulo Fernando de Almeida
Casa Civil

Leticia Atique Branco
Casa Civil

Data de fornecimento das informações pelo governo local: 18/07/2022

DADOS DE CONTATO COM O GOVERNO LOCAL

Setor de referência para atendimento aos migrantes:

Unidade de Gestão da Casa Civil
Assessoria de Políticas de Direitos Humanos

Telefone:
(11) 4589-8870

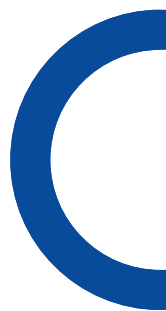
E-mail:
pafalmeida@jundiai.sp.gov.br

Endereço:
Av. Liberdade, s/n - Jardim Botânico
Jundiaí • SP





SUMÁRIO



A plataforma MigraCidades	4
O Relatório de Diagnóstico	7
Diagnóstico geral do governo local	8
Boas práticas	10
Estrutura institucional de governança e estratégia local	11
Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos das pessoas migrantes	12
Participação social e cultural de migrantes	13
Transparência e acesso à informação para migrantes	14
Parcerias institucionais	15
Acesso à saúde	16
Acesso e integração à educação	18
Acesso à assistência e à proteção social	20
Acesso ao mercado de trabalho	22
Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTIQ+ e igualdade racial	24
Prioridades do governo local	26



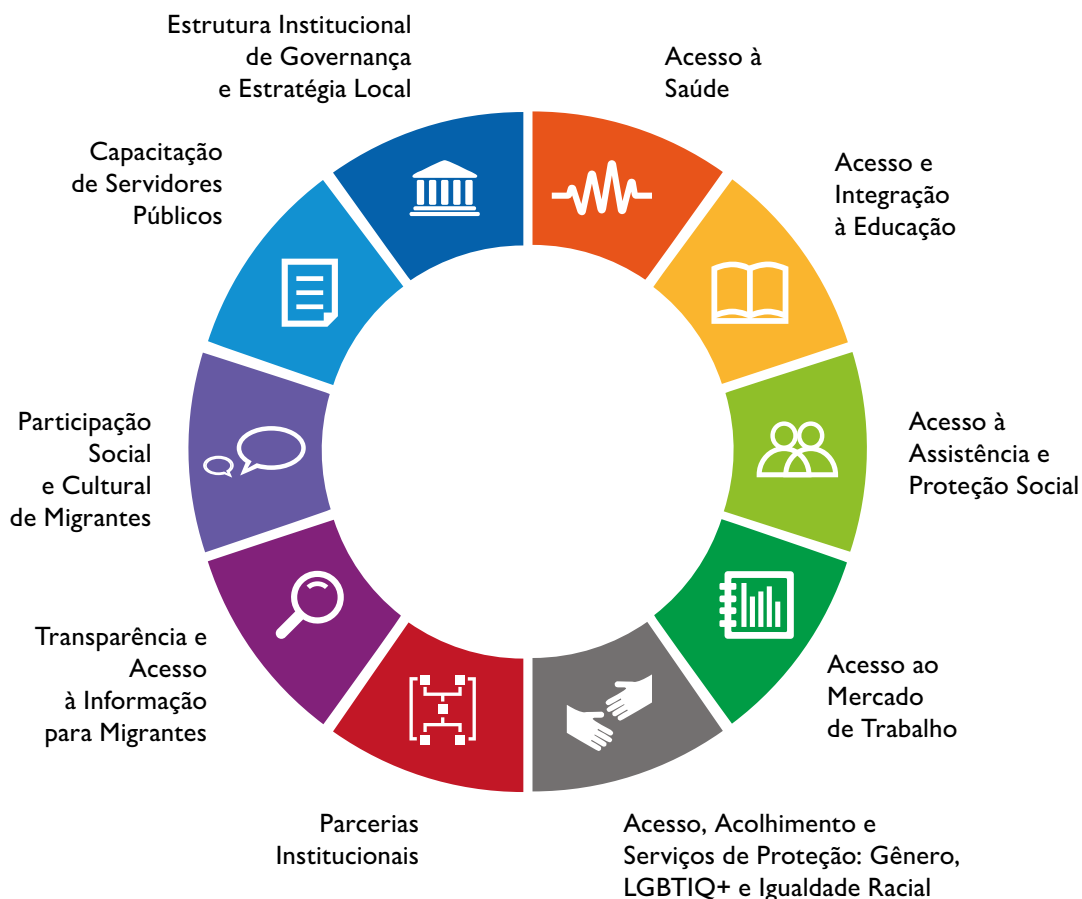


A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A Plataforma “MigraCidades – Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil” é uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que conta com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e financiamento do Fundo da OIM para o Desenvolvimento.

A plataforma visa a informar e fortalecer

a capacidade de governança local das migrações, a partir da verificação da presença de 10 dimensões de governança migratória. As dimensões estão divididas em dois grupos. O primeiro, dimensões de governança, se dedica a analisar o desenho institucional das políticas locais. O segundo, dimensões de acesso a direitos, avalia o acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho, dentre outros aspectos relacionados à integração e ao bem-estar das pessoas migrantes internacionais.





A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A OIM define migrante como uma pessoa que se move do seu local habitual de residência, seja dentro de um país ou através de fronteiras internacionais, de forma temporária ou permanente, por uma variedade de razões. Para os fins deste relatório, cujo enfoque são as migrações internacionais, o termo migrante será doravante utilizado para se referir a uma pessoa nacional de outro país ou apátrida que se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (nos termos da definição de imigrante da Lei de Migração nº 13.445/2017).

Esse relatório apresenta um consolidado do diagnóstico situacional das 10 dimensões de governança migratória, a partir de informações fornecidas pelo próprio governo, de modo a auxiliar o poder público local no aferimento, planejamento e monitoramento de suas políticas públicas para migração, destravando o potencial benéfico que as migrações podem trazer para as pessoas migrantes e para as comunidades de acolhida.

A Plataforma MigraCidades faz parte dos esforços globais da OIM para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em conjunto com o sistema ONU e seus parceiros. São 17 Objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. O MigraCidades contribui principalmente para a concretização da meta 10.7 dos ODS.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



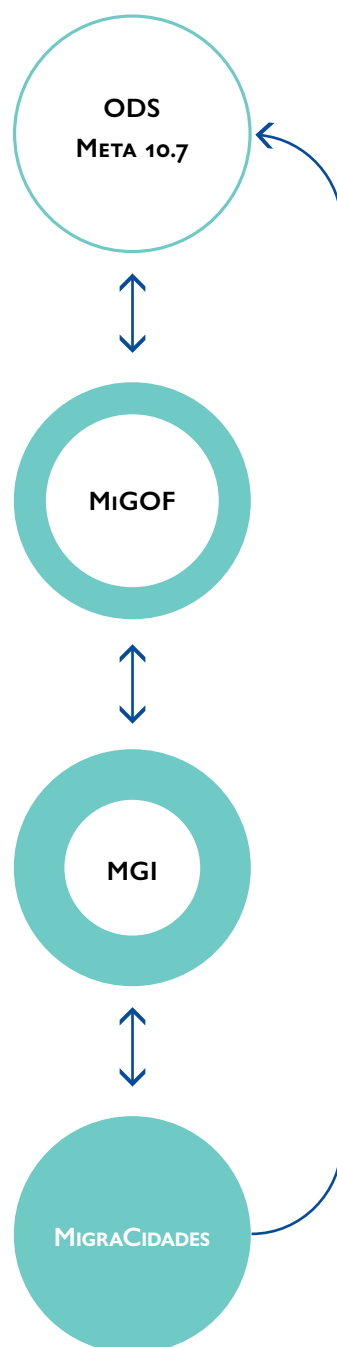
Meta 10.7 – Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.



A PLATAFORMA MIGRACIDADES

Em uma tentativa de definir o conceito de “políticas de migração planejadas e bem geridas” conforme a Meta 10.7, a OIM desenvolveu o Marco de Governança da Migração (Migration Governance Framework – MiGOF), que estabelece os elementos essenciais da boa governança migratória. Com base no MiGOF, a OIM também desenvolveu os Indicadores da Governança Migratória (Migration Governance Indicators – MGI), um conjunto de 90 indicadores que ajudam os governos a apreciarem a abrangência de suas estruturas de governança de migração.

O MigraCidades parte da experiência da OIM com estas iniciativas, adaptando-as para criar um processo de certificação adequado para o contexto brasileiro que contribua para o mesmo objetivo em comum: facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.





O RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO



O processo de certificação MigraCidades envolve cinco etapas: a inscrição, o diagnóstico, a priorização, a certificação e o monitoramento. Na etapa de inscrição, foi aberta uma chamada pública para municípios e estados brasileiros se candidatarem, apontando uma pessoa de referência local para acompanhamento do processo.

Após ser selecionado, o governo local foi convidado a preencher o Formulário de Diagnóstico, composto por uma série de perguntas sobre cada uma das 10 dimensões de governança migratória. Após o preenchimento do Formulário, deu-se início à etapa de priorização, na qual o governo local identifica quais as prioridades para o desenvolvimento de políticas migratórias no próximo período. Nesses dois momentos, a pessoa de referência local foi responsável por articular o diálogo com as diferentes áreas do governo local que executam atividades relacionadas à migração, com o objetivo de coletar respostas para o formulário e insumos para a priorização.

Este relatório consolida as respostas do governo local nas etapas de Diagnóstico e Priorização, incluindo revisões e recomendações realizadas pela equipe do MigraCidades. Exceto quando citada a fonte, todas as informações contidas neste relatório foram fornecidas pelos próprios governos locais, através de suas pessoas de referência apontadas no início do processo. A realização do relatório é uma exigência para obtenção da certificação, e servirá de base para a etapa de monitoramento.



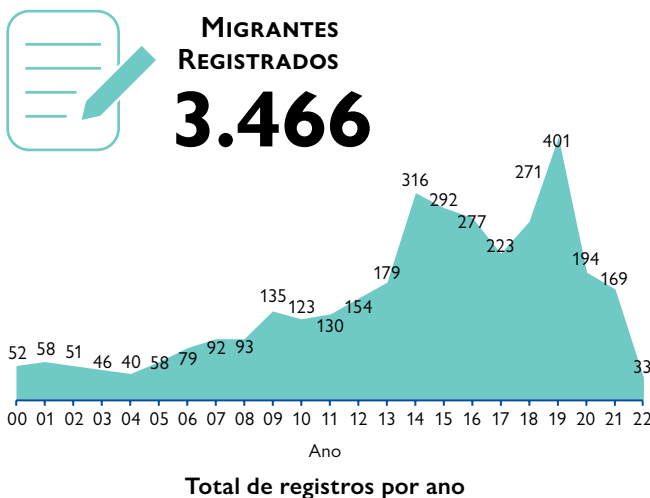
DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



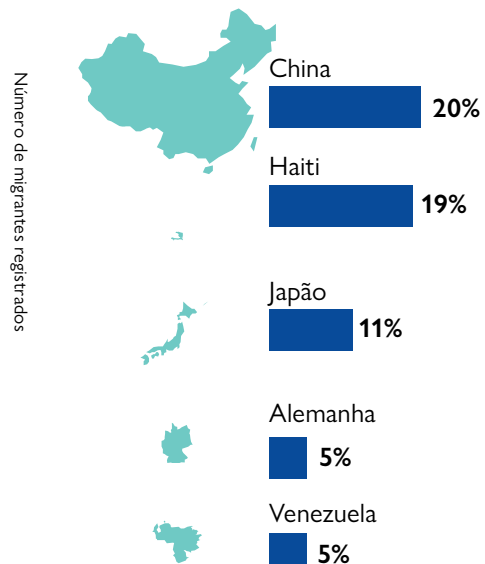
Jundiaí é uma cidade do estado de São Paulo, localizada na região Sudeste do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), o município tem população estimada de 426.935 pessoas. De janeiro de 2000 a março de 2022, 3.466 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) (NEPO/UNICAMP,2022).

NÚMEROS DE MIGRANTES REGISTRADOS (jan/00 – mar/22)

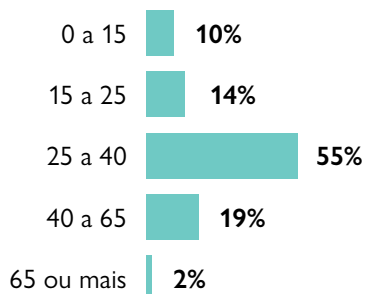
Fonte: Dados retirados do Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP



Principais nacionalidades



Total de registros por idade



% por sexo





DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



Entre abril de 2018 e outubro de 2022, o município de Jundiá recebeu cerca de 93 pessoas venezuelanas por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal. Para saber mais sobre como funciona a estratégia e quais são seus objetivos, atores e diferentes modalidades, acesse a cartilha de interiorização [aqui](#).

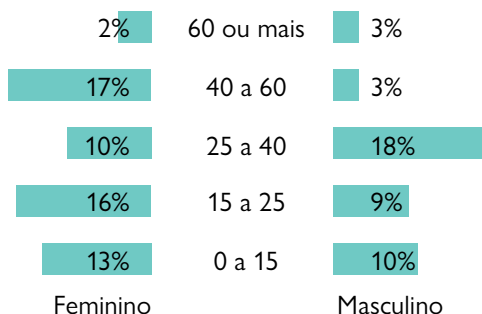
NÚMEROS DA INTERIORIZAÇÃO (abr/18 – out/22)

Fonte: [Painel da Estratégia de Interiorização](#), acessado em out/22.

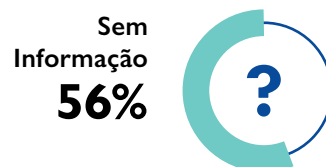


93
PESSOAS
VENEZUELANAS
INTERIORIZADAS

Pirâmide etária/sexo



Modalidades da interiorização



Em relação às ações desenvolvidas em 2021, o município de Jundiá indicou realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Governança que se refere à: Estrutura institucional de governança; Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos dos migrantes; Participação social e cultural de migrantes; Transparência e acesso à informação para migrantes; Parcerias institucionais. Indicou também realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Acesso a direitos, que se refere ao: Acesso à saúde; Acesso e integração à educação; Acesso à assistência e à proteção social; Acesso ao mercado de trabalho; Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTQI+ e igualdade racial.





BOAS PRÁTICAS



Destacam-se como práticas positivas do governo local:



Acesso e integração à educação: Oferta do curso “Português para estrangeiros”, realizado no Centro Municipal de Línguas e Tecnologia da Informação Antônio Houaiss.



Acesso à saúde: Produção de materiais informativos sobre a Campanha Outubro Rosa, traduzidos para os idiomas espanhol, francês e inglês, desenvolvidos em parceria com a OIM.



Acesso ao mercado de trabalho: Realização de capacitação em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para um grupo de aproximadamente 35 haitianos, que contou com cadastro de currículos no Portal Jundiáí Empreendedora.





ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA LOCAL



Esta dimensão busca compreender se o governo possui estratégia local ou setores ou referências locais dedicadas à formulação, ao acompanhamento e à implementação de políticas públicas e serviços voltados à migração.

Na dimensão da Estrutura institucional de governança, o governo indicou possuir referência local de atenção à temática migratória, que é responsável pelas articulações para construção e fomento de uma estratégia local de monitoramento e atenção aos migrantes, que, segundo o governo, está sendo construída em articulação com diferentes instituições, gestão pública, com participação social.

Ainda, de acordo com o município, as ações realizadas para acolhimento a migrantes fazem parte do planejamento plurianual do governo local e estão alinhadas com as agendas globais de desenvolvimento, como, a Agenda 2030

dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Para aprimorar essas ações, recomenda-se que a estratégia local também esteja alinhada com a Lei Nacional de Migração (Lei 13.445/2017) e que seja elaborada uma estratégia local de acolhimento de pessoas migrantes em situação de crise, também descrita em política, plano ou outro documento público.

O governo local informou que há esforços para aprimorar a coordenação com outros entes federativos em temas relacionados à migração. Uma ação com potencial desenvolvimento é a realização de monitoramento, planejamento e aporte orçamentário voltado aos custos relacionados à integração de pessoas migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.



CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se o governo local oferta capacitações regulares para servidores públicos da gestão e dos serviços sobre a temática migratória, incluindo questões de sensibilidade cultural, gênero e direitos humanos.

Na dimensão da Capacitação de servidores públicos, o governo local indicou que, nos anos de 2021 e 2022, foram realizadas rodas de conversas; sensibilizações e capacitações relacionadas à temática migratória com servidores municipais, no âmbito das Unidades de Gestão. Segundo o município de Jundiaí, as capacitações abordaram discussões sobre diversidade cultural, gênero, direitos humanos e combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia. Recomenda-se que capacitações futuras também incluam sensibilização acerca das especificidades da migração de povos indígenas e tradicionais.

O município informou, ainda, que as demandas por capacitação foram monitoradas junto aos servidores e foram coletadas no desenvolvimento evolutivo

dos cuidados e serviços desenvolvidos pelo município. A partir dessa consulta, o governo local identificou como principais demandas: formações referentes ao acesso ao mercado de trabalho; empreendedorismo; e assistência social.

Além de oferecer capacitações próprias, o governo local pode também divulgar e incentivar a realização de cursos online sobre temas relacionados às migrações. O repositório da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é um exemplo de espaço virtual em que é possível buscar uma série de cursos e capacitações na temática migratória, desenvolvidos com o apoio da OIM e outras instituições que atuam na temática.

Para conhecer os cursos disponíveis na plataforma da ENAP em parceria com a OIM, acesse o [link](#).

Para conhecer as publicações da OIM, acesse o [link](#).

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se há incentivos para participação social e cultural de migrantes junto à comunidade de acolhida.

Na dimensão da Participação social e cultural de migrantes, o governo local indicou que foram adotadas medidas para informar e empoderar pessoas migrantes sobre seus direitos de participação social e que foram realizadas consultas públicas junto à população em geral, no último ano, o que incluiu pessoas migrantes. Para aprimorar essas ações, o município pode realizar também espaços consultivos específicos para a população migrante residente no município, a fim de identificar suas demandas.

Para incentivar a participação social, o governo pode apoiar a constituição de associações ou coletivos de migrantes e pode criar vagas para representação

de migrantes nos conselhos e órgãos participativos locais. Além disso, recomenda-se que, ao criar esses espaços de participação social, também sejam criadas vagas específicas ou, ainda, sejam adotadas outras medidas para fomentar a igualdade de gênero nessa participação.

Além disso, podem ser realizadas ações voltadas para o etnodesenvolvimento de povos indígenas e tradicionais, como doação de materiais, insumos e meios para produção e criação de cooperativas.

Em relação à participação cultural, a gestão local informou que oferece formatos e oficinas culturais, divulgação de festas, feiras e outros eventos culturais que tenham relação direta com a temática migratória no município.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se o governo local disponibiliza, de forma presencial ou virtual, informações compreensíveis e transparentes sobre direitos e obrigações das pessoas migrantes e sobre acesso a serviços públicos. Também considera se isso é feito em outros idiomas além do português.

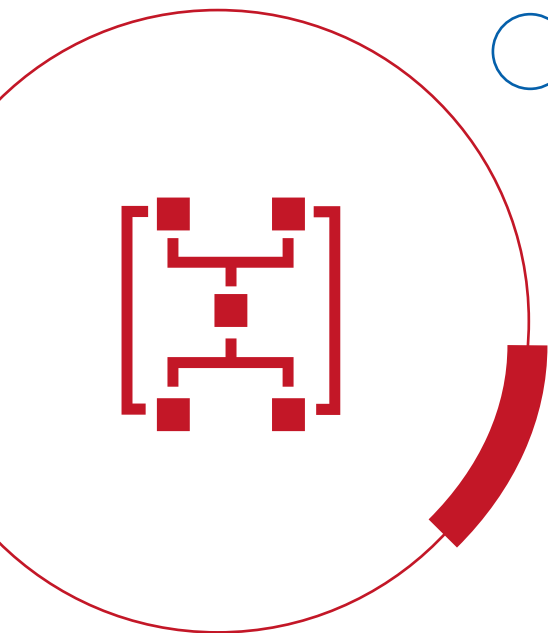
O município de Jundiaí informou que disponibiliza informações sobre direitos e deveres das pessoas migrantes e sobre acesso a serviços públicos para pessoas migrantes em locais de atendimento presencial, no website do governo local e em outros canais. De formas compreensíveis, gratuitamente e nos idiomas falados pelas pessoas migrantes.

Para aprimorar essa dimensão, o governo local pode também passar a

disponibilizar essas informações nos principais pontos de entrada, saída e trânsito, como aeroportos, rodoviárias e estações ferroviárias e disponibilizá-las em outros formatos que contribuam para a acessibilidade, como vídeo e áudio.

Além disso, é possível disponibilizar na íntegra, com os devidos créditos, materiais produzidos por organismos internacionais e outras instituições. As publicações da OIM, disponíveis [neste link](#), são exemplos de materiais que podem ser divulgados pela gestão como forma de ampliar o conhecimento das pessoas migrantes e da comunidade de acolhida.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.



PARCERIAS INSTITUCIONAIS



Esta dimensão busca compreender se governo local possui parcerias com instituições-chave para tratar da agenda de migrações e questões relacionadas (Ex.: grupos de trabalho ou convênio para execução de serviços).

Na dimensão de Parcerias institucionais, o governo local indicou que possui proximidade com organizações da sociedade civil (OSCs), como as ações integradas com o Centro Scalabriniano de Promoção do Migrante (CESPROM) e ONG Panahgah. A Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social, por meio do Cadastro Único, acolhe a população migrante em vulnerabilidade social e, mediante atendimento, pode ofertar vale transporte, cesta básica e apoio para acesso a benefícios sociais. Também indicou ter parceria para

realização de ações conjuntas com a OIM, a Agência da ONU para as Migrações, por meio de assinatura de memorando de entendimento entre a organização e o município, em outubro de 2022. O memorando tem como objetivo defender os direitos dos migrantes residentes na cidade de Jundiaí, atua para desenvolver políticas públicas e iniciativas que promovam o atendimento, a orientação, a integração social e a articulação com os serviços públicos. Além disso, indicou parceria com consulados e cidades irmãs.

Para aprimorar essa dimensão, o município pode buscar estabelecer parcerias com: associações de migrantes; universidades; setor privado; e outros entes federativos.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no banco de [boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO À SAÚDE



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de saúde, em especial os de atenção primária em saúde.

Na dimensão de Acesso à saúde, o governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso a serviços de atenção primária em saúde e a encaminhamento para serviços de atenção ambulatorial e hospitalar. No contexto da COVID-19, o governo indicou que as pessoas migrantes foram incluídas nas ações de enfrentamento à pandemia. O município de Jundiaí também indicou que o acesso à saúde por migrantes é feito de forma desburocratizada.

O município informou, ainda, que os serviços de atenção primária em saúde estão regionalizados, de forma a terem equipes atuantes em todos os locais onde residem migrantes e que há políticas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, inclusive migrante, por meio da atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA Jundiaí), instituído pela Lei nº 8.920, de 15 de março de 2018.

O governo local informou que realiza capacitações com os profissionais da saúde, e que a temática migratória é

desenvolvida de forma transversal e conexa entre plataformas de gestão, sendo esta matéria de contínuo aprimoramento para a dimensão. O governo local, em sua programação, ofertará capacitações periódicas para os servidores, fazendo incluir na sua agenda de formações temáticas como: identificação de casos suspeitos de tráfico de pessoas e de casos de violência doméstica, de gênero ou motivadas por questões relacionadas à raça/etnia; acolhimento de migrantes, considerando a dimensão da diversidade cultural, incluindo aquelas relacionadas a questões de gênero e de raça/etnia; acolhimento de migrantes e estratégias de comunicação com o migrante.

No âmbito da produção de informação, recomenda-se que o governo local crie mecanismos para coletar dados sobre o perfil de acesso a serviços e demandas de saúde de migrantes, sempre preservando o sigilo e o anonimato da pessoa migrante. Também, é recomendado que, ao coletar dados, seja feito de forma passível de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. Uma vez coletados, os dados podem ser utilizados para propor fluxos, programas e políticas locais que facilitem o acesso e também ajudem a identificar se há uma demanda reprimida nesse acesso.

O município de Jundiaí informou que a ouvidoria em saúde do município e o





ACESSO À SAÚDE



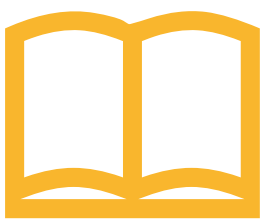
— canal 156 são capacitados para acolher demandas de pessoas migrantes, bem como para registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de saúde. As demandas identificadas por meio da ouvidoria também podem passar a ser utilizadas para qualificar fluxos, programas e políticas locais.

Outra ação com potencial de desenvolvimento nesta dimensão é o estabelecimento de um setor ou

referência local na gestão dedicado à promoção do acesso à saúde por migrantes, que trabalhe de forma conjunta com associações de migrantes e com outros setores, alinhando demandas e ações entre secretarias e órgãos.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no banco de [boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO E INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e a integração de migrantes à educação.

Na dimensão de Acesso e integração à educação, o município indicou que as pessoas migrantes têm acesso a vagas desde a educação infantil até o ensino médio, de forma desburocratizada e que não houve casos de negativas de matrícula a migrantes no ensino municipal no último ano. Segundo o município, estudantes migrantes podem se matricular na rede de ensino em qualquer período do ano letivo e têm acesso a cursos de português para migrantes, como o curso “Português para estrangeiros”, realizado no Centro Municipal de Línguas e Tecnologia da Informação Antônio Houaiss. Para seguir aprimorando essa dimensão, o governo local pode construir orientações, fluxos ou protocolos para a rede de ensino facilitar a integração de migrantes no sistema educacional.

Em relação à capacitação, o município de Jundiá informou que foram ofertadas capacitações para os servidores da Unidade de Gestão da Educação no último ano, como as ações realizadas na Semana de Atualização Pedagógica e que há servidores da educação capacitados

para compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas a questões de gênero e raça/etnia; identificar casos suspeitos de tráfico de pessoas; identificar casos de violência doméstica, de gênero ou de raça/etnia; acolher migrantes nos estabelecimentos de ensino considerando a dimensão da diversidade cultural; e se comunicar com migrantes em diferentes idiomas nos estabelecimentos de ensino. Também indicou que todas as Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEB) contam com professores de inglês e italiano, e na rede de ensino existem professores com proficiência em outros idiomas.

No âmbito da publicização de informações, o governo indicou ter realizado, no último ano, campanhas e ações informativas sobre oferta de cursos para pessoas migrantes. Segundo o município, as ações celebram a diversidade entre povos e buscam fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação. Essas campanhas e ações podem, ainda, passar a trazer informações sobre direitos das pessoas migrantes à educação; sobre o funcionamento do sistema de educação brasileiro e sobre realização de matrículas. É recomendado que os materiais informativos sejam disponibilizados também nos idiomas falados pelas pessoas migrantes estabelecidas no município.

No âmbito da produção de informação, o



ACESSO E INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO



— município indicou que está em processo contínuo de qualificação dos dados coletados sobre o perfil de acesso e demandas de educação de migrantes. É recomendado que o governo local crie mecanismos para coletar esses dados, sempre preservando o sigilo e o anonimato da pessoa migrante. Uma vez coletados, os dados podem ser utilizados para propor fluxos, programas e políticas locais que facilitem o acesso e a integração de pessoas migrantes no sistema de educação local e também podem ajudar a identificar se há uma demanda reprimida nesse acesso. Recomenda-se que, ao coletar dados, seja feito de forma passível de desagregação por

país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia.

O município de Jundiaí indicou que o Departamento pedagógico da Unidade de Gestão da Educação é o setor capacitado para acolher as demandas das pessoas migrantes e/ou registrar práticas de discriminação e xenofobia em estabelecimentos de ensino.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO À ASSISTÊNCIA E À PROTEÇÃO SOCIAL



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de assistência e proteção social, tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como seus programas e benefícios.

O governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de equipamentos como o CRAS e o CREAS e a cadastro para benefícios sociais, de forma desburocratizada. Também indicou que foram adotadas medidas para facilitar o auxílio emergencial a migrantes no contexto da COVID-19. Informou ainda, que as demandas de atendimento especializado apresentadas por migrantes são acompanhadas e assessoradas pela Unidade de Gestão da Assistência e Desenvolvimento Social.

De acordo com o município de Jundiaí, há políticas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população migrante por meio dos serviços vinculados à proteção social básica e especial, que garantem acesso às demandas de alimentos pela concessão de benefícios eventuais.

Para seguir aprimorando essa dimensão, o município pode elaborar orientações, fluxos ou protocolos para facilitar e qualificar o acesso e acolhimento a migrantes nos serviços de assistência social. Também pode adotar medidas específicas para a proteção social e garantia dos direitos de crianças migrantes.

Em relação à capacitação, o município indicou que foram ofertadas capacitações sobre acolhimento de migrantes junto a profissionais dos serviços de assistência e proteção social no último ano, como a capacitação oferecida pela OIM a técnicos dos serviços de assistência social da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS).

Segundo o município, há profissionais da área capacitados para: acolher migrantes nos serviços de assistência e proteção social considerando a dimensão de diversidade cultural; compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas a questões de gênero e raça/etnia e identificar casos de violência doméstica, de gênero ou de raça/etnia.

As capacitações dos servidores ainda podem englobar temáticas como: acolhimento de migrantes, considerando as especificidades da migração de povos indígenas e tradicionais; identificação de casos suspeitos de tráfico de pessoas; e acolhimento de brasileiros



ACESSO À ASSISTÊNCIA E À PROTEÇÃO SOCIAL



— retornados (seja de forma voluntária ou forçada) e suas especificidades. Também recomenda-se que os servidores sejam capacitados para se comunicar com migrantes em diferentes idiomas.

Em relação à publicização de informações para fomentar o acesso à assistência e proteção social, o governo indicou ter realizado, no último ano, campanhas e ações informativas sobre benefícios e serviços ofertados no âmbito local e sobre funcionamento do SUAS. Recomenda-se que essas ações sejam disponibilizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes e que busquem celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir a discriminação.

No âmbito da produção de informação, o município indicou que está em processo contínuo de qualificação dos dados coletados sobre o perfil de acesso à assistência e à proteção social de migrantes. É recomendado que o governo local crie mecanismos para coletar esses dados, sempre preservando o sigilo e o anonimato da pessoa migrante. Uma vez coletados, os dados podem ser utilizados para propor fluxos, programas e políticas locais e também podem ajudar a identificar se

há uma demanda reprimida no acesso as políticas existentes. Recomenda-se que, ao coletar dados, seja feito de forma passível de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia.

Além de coletar e sistematizar os dados, o governo local pode também estabelecer um setor específico na assistência social para acolher demandas das pessoas migrantes, bem como para registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de assistência e proteção social. As demandas identificadas nesse setor podem ser utilizadas para qualificar fluxos, programas e políticas locais.

O governo local indicou que a Assessoria de Políticas de Direitos Humanos da Unidade de Gestão da Casa Civil é a referência local na gestão dedicada ao acesso à assistência e à proteção social pelas pessoas migrantes, e trabalha de forma conjunta com outros setores e alinha demandas e ações entre secretarias e órgãos.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes ao mercado de trabalho (setor público, setor privado ou empreendedorismo).

Na dimensão de Acesso ao mercado de trabalho, o município de Jundiaí informou que as pessoas migrantes têm acesso a aconselhamento e orientação profissional e a uma central de vagas de emprego.

Para aprimorar essa dimensão, o município pode construir orientações, fluxos ou protocolos para apoiar a integração de migrantes ao mercado de trabalho. A partir desses documentos orientadores, pode-se adotar medidas específicas que garantam o acesso ao mercado de trabalho de forma desburocratizada e que prevejam, por exemplo, assistência legal e administrativa para o desenvolvimento do empreendedorismo e do cooperativismo por migrantes. Recomenda-se também, a criação de ações para favorecer o acesso de mulheres migrantes ao mercado de trabalho; para facilitar e promover a contratação de migrantes no setor público; e para aproveitar o capital humano e social de brasileiros emigrados ou retornados para sua inclusão laboral e desenvolvimento local.

Em relação à capacitação, o governo indicou que ofertou capacitações sobre o acesso de migrantes ao mercado de trabalho para profissionais dos serviços de trabalho e emprego no último ano, por meio de parceria com a OIM. Também, informou que há servidores capacitados para realizar comunicação com migrantes em diferentes idiomas nos serviços de trabalho e emprego. Recomenda-se que a oferta de capacitações futuras preveja conteúdos que ajudem os profissionais da atenção direta a: compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho por migrantes; identificar casos de discriminação por diferenças de gênero ou raça/etnia no acesso ao mercado de trabalho; identificar casos suspeitos de trabalho em condições degradantes ou análogas à escravidão; e identificar casos suspeitos de tráfico de pessoas e exploração laboral.

O governo local indicou que realizou campanhas e ações informativas para capacitar migrantes para o mercado de trabalho, que buscaram celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, destacou a capacitação realizada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para um grupo de aproximadamente 35 haitianos, que contou com cadastro de currículos





ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

no Portal Jundiáí Empreendedora. Recomenda-se que, sempre que possível, essas ações sejam realizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes.

No âmbito da produção de informação, o município pode passar a coletar dados sobre o perfil de acesso ao mercado de trabalho por migrantes e sobre perfil profissional e inserção laboral de emigrantes naturais do município. Uma vez coletados, esses dados podem ser utilizados para criar fluxos, programas e políticas locais de acesso ao mercado de trabalho por migrantes, sempre respeitando o sigilo e anonimato.

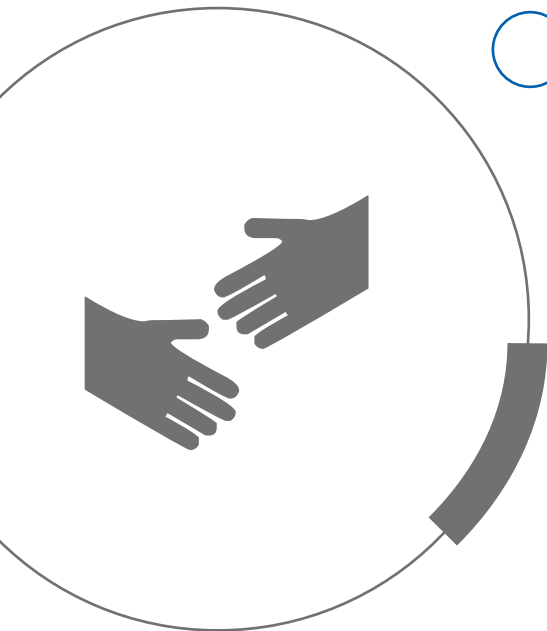
É importante que, quando coletados, esses dados possam ser desagregados por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. A coleta de dados auxiliará a identificar se há demanda reprimida de acesso ao mercado de

trabalho por migrantes e poderá ser utilizada para propor mudanças nos fluxos, programas e políticas locais de acesso ao mercado de trabalho por migrantes.

Outra ação potencial é o estabelecimento de um setor para acolher demandas das pessoas migrantes, bem como para registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de trabalho e emprego e também nas empresas locais. As demandas identificadas nesse setor também podem ser transformadas em dados a serem utilizados para criar e qualificar fluxos, programas e políticas locais.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e acolhimento de migrantes mulheres e LGBTIQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, queer) a serviços de proteção, tais como casas de acolhimento, canais telefônicos de apoio e delegacias especializadas, assim como se existem medidas para prevenir e combater a discriminação racial contra migrantes.

Nesta dimensão, o município de Jundiáí indicou que as mulheres e LGBTIQ+ migrantes têm acesso a delegacias especializadas e a canais de proteção, como números telefônicos de apoio ou iniciativas locais que realizam essa acolhida e que há orientações, fluxos ou protocolos para os serviços de proteção de acolhimento a mulheres e LGBTIQ+ migrantes que sofrem violências. Indicou que a Assessoria de Políticas para a Diversidade Sexual é o setor responsável por realizar esse acolhimento.

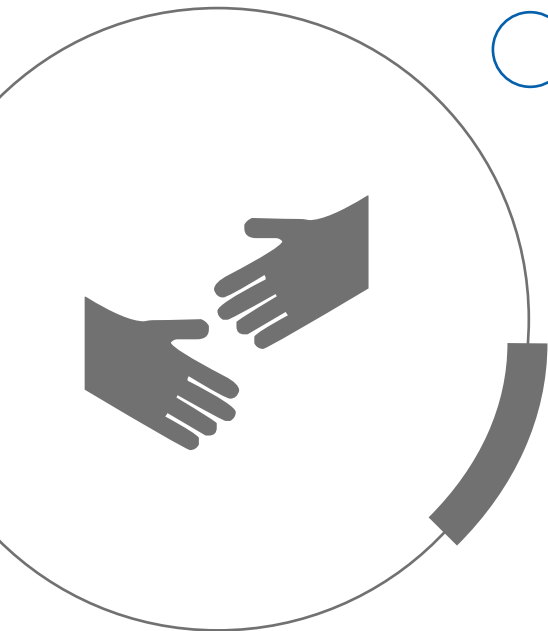
Em relação ao acesso aos serviços de proteção para o acolhimento de pessoas migrantes vítimas de crimes raciais e de intolerância, o governo local indicou que existem orientações, fluxos ou protocolos estabelecidos, por meio da

Assessoria de Políticas para a Igualdade Racial, para orientação, atenção e direcionamento às redes de proteção e que as pessoas migrantes têm acesso a delegacias especializadas. O acesso a esses serviços de proteção é realizado de forma desburocratizada e de modo a garantir o sigilo da pessoa, sempre que possível.

O município de Jundiáí informou que a rede de proteção está capacitada para prestar atendimento e orientações, tendo o suporte da Assessoria de Políticas para a Igualdade Racial, sendo essa a referência local na gestão dedicadas ao combate ao racismo, à xenofobia e promoção da igualdade racial, trabalhando em conjunto com outros setores e com associações de migrantes e coordenando demandas e ações com outras secretarias.

Em relação à difusão de informação, o município de Jundiáí indicou que foram realizadas, no último ano, campanhas e ações informativas voltadas ao combate ao racismo e à xenofobia. Para aprimorar essas ações, o governo pode incluir o tema da não-violência, não-discriminação e proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes em campanhas voltadas para a população em geral; e temas como mecanismos de denúncia de situações de violência, direitos das pessoas migrantes nesse âmbito e serviços de proteção disponíveis em campanhas voltadas a mulheres e/ou LGBTIQ+ migrantes.





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL

— Outro aprimoramento possível para o governo local, nessa dimensão, é realizar a coleta de dados sobre denúncias de racismo e intolerância contra migrantes e sobre acesso a serviços e demandas de proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes, com regularidade. É recomendado que esses dados sejam coletados sempre respeitando o sigilo e o anonimato da pessoa migrante, de modo que possam ser desagregados por país de origem, idade e raça/etnia. A coleta desses dados pode contribuir para enxergar se há uma demanda reprimida no acesso aos serviços de proteção e para propor fluxos, programas e políticas do governo local de combate ao racismo e à intolerância contra migrantes e de proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes. É recomendado que o governo

estabeleça um setor capacitado para acolher demandas de pessoas migrantes e/ou registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de proteção.

O governo local indicou que a Assessoria de Políticas para a Diversidade Sexual é a referência local na gestão dedicada à proteção contra violência contra as migrantes mulheres e/ou LGBTIQ+, que trabalha em conjunto com outros setores, coordena demandas e ações com outras secretarias, e em diálogo com associações de migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL



A partir dos resultados identificados através do Formulário de Diagnóstico, os governos locais foram convidados a indicar as prioridades para elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à migração durante 2022.

Esse exercício foi feito através do preenchimento de uma Matriz de Priorização, que solicitava as seguintes informações para cada proposta prioritária: 1) Dimensão do MigraCidades priorizada; 2) Objetivos de médio prazo; 3) Objetivos de curto prazo; 4) Atividades específicas planejadas; 5) Indicadores e metas; 6) Tipo de beneficiários diretos; 7) Justificativa; 8) Atores locais envolvidos com a dimensão; 9) Tipos de recursos necessários; 10) Comentários adicionais.

Como requisito, o governo local deveria incluir no mínimo três e no máximo 5 dimensões priorizadas, sendo necessariamente ao menos uma dimensão de governança institucional e uma de acesso a direitos.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



Objetivo(s) de médio prazo

Garantir melhor participação e interação de migrantes para com as programáticas e serviços do Município.

Objetivo(s) de curto prazo

Garantir o melhor entendimento das informações e ações desenvolvidas pelo Município às pessoas migrantes.

Atividades específicas planejadas

1. Desenvolver funcionalidade de tradução para os idiomas inglês, espanhol e francês dos sítios do Núcleo de Articulação de Políticas Públicas (NAPP), que compreendem as Assessorias de Direitos Humanos, Mulher, Pessoa com Deficiência, Juventude, Igualdade Racial, Diversidade Sexual e Pessoa Idosas;
2. Desenvolvimento de campanhas e materiais em outros idiomas para a população migrante acerca do acesso às informações;
3. Desenvolvimento de vídeos institucionais voltados às pessoas migrantes com legendas em inglês, espanhol e francês.

Indicadores e metas

1. Número de sites do NAPP traduzidos para outros idiomas (100% em 2023);
2. Número dos materiais de informação ao migrante traduzidos para outros idiomas (100% dos materiais em 2024);
3. Número de vídeos institucionais voltados ao migrante com legendas (100% dos vídeos institucionais voltados ao migrante com legendas em 2023).

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



(cont.)

Justificativa

Necessidade contínua de programáticas voltadas ao migrante no que concerne acesso à informação.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Unidade de Gestão de Inovação e Relação com o Cidadão, Fundação TVTEC de Jundiaí, Companhia de Informática de Jundiaí e Unidade de Gestão da Casa Civil.

Tipo de recursos necessário:

(x) Financeiros (x) Humanos (x) Estruturais () Outro(s). Qual(is)?



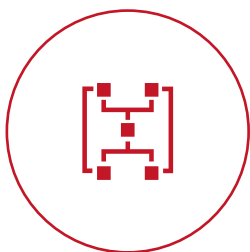


PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



**Parcerias
Institucionais**



Objetivo(s) de médio prazo

Desenvolvimento de acordos de cooperação técnica e demais instrumentos de cooperação para desenvolvimento contínuo da atenção e cuidado às pessoas migrantes.

Objetivo(s) de curto prazo

Articulação, aproximação institucional e desenvolvimento de boas práticas junto à organizações da sociedade civil e instituições que se dedicam à temática de migração.

Atividades específicas planejadas

1. Articular com organizações da sociedade civil e instituições aproximação institucional e desenvolvimento de práticas colaborativas;
2. Desenvolver programáticas específicas e direcionadas em favor de migrantes no Município em parceria com instituições que se dedicam à temática de migração;
3. Empreender estudos visando monitoramento e desenvolvimento de políticas públicas para as pessoas migrantes.

Indicadores e metas

1. Articulação direcionada com instituições voltadas à população migrante (2 ações em 2023).

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Justificativa

Necessidade contínua de programática voltadas à população migrante



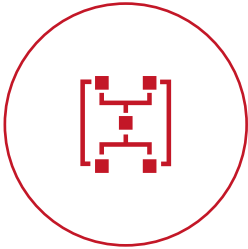


PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



**Parcerias
Institucionais**



(cont.)

no que concerne esforços no tocante à colaboração e inteligência estratégica para com a temática.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Unidade de Gestão da Casa Civil.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Acesso ao
mercado
de trabalho



Objetivo(s) de médio prazo

Ampliar a qualificação dos dados obtidos por meio do portal Jundiáí Empreendedora quanto acesso ao mercado de trabalho da população migrante e desenvolvimento de programáticas voltadas à capacitação e desenvolvimento estratégico de processos de atenção à empregabilidade do migrante.

Objetivo(s) de curto prazo

Qualificação e sistematização dos processos e informações sobre acesso ao mercado de trabalho da população migrante.

Atividades específicas planejadas

1. Adequação da estrutura de dados do portal Jundiáí Empreendedora;
2. Construção de BI com informações sobre acesso de migrantes ao mercado de trabalho (gestão e monitoramento);
3. Formatação de programas de qualificação e desenvolvimento 360° (migrantes e servidores);
4. Desenvolvimento de fluxo de atendimento ao migrante quando do acesso ao mercado de trabalho;
5. Formatação de campanhas, fóruns, mutirões e informativos acerca da empregabilidade da população migrante e trabalho análogo à escravidão.

Indicadores e metas

1. Quantitativo de migrantes colocados (Meta: 75% dos inscritos)
2. Quantitativo de migrantes qualificados (Meta: 75% dos inscritos)
3. Número de migrantes inscritos nos cursos oferecidos (Meta: 60 inscrições em 2023)

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Acesso ao
mercado
de trabalho



(cont.)

Justificativa

Necessidade contínua de programática voltadas ao migrante no que concerne acesso ao mercado de trabalho.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Unidade de Gestão de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Fundo social de solidariedade e organizações da sociedade civil.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?



Como citar esse documento:

MIGRACIDADES. Perfil de Governança Migratória Local do Município de Jundiaí. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022.

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As denominações utilizadas no presente material e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e econômico por meio da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Editorial

Organização Internacional
para as Migrações (OIM) – Brasil

iombrazil@iom.int

SAS Quadra 05, Bloco N, Ed. OAB, 3º Andar
Brasília-DF - 70070-913

CHEFE DE MISSÃO DA OIM NO BRASIL
Stéphane Rostiaux

Expediente técnico

COORDENAÇÃO
Marcelo Torelly
Roberta Baggio
Verônica Gonçalves
Fabian Domingues

ANÁLISE
Ana Laura Anschau
Anelise Dias
Ana Júlia Guilherme
Marina Fonseca

© Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Essa publicação foi emitida sem endosso da Unidade de Publicações da OIM (PUB).

Material produzido no quadro do projeto Oportunidades financiado pela USAID



Com apoio financeiro

